

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

RELATÓRIO FINAL: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

GESTÃO - SETEMBRO DE 1987

SETEMBRO DE 1989

DIRETORIA - CELI NELZA ZULKE TAFFAREL - Presidente

JOSÉ ALBERTO AGUILAR CORTEZ - Vice-Presidente

ADROALDO CESAR DE ARAUJO GAYA - Diretor de Divulgação

MICHELI ORTEGA ESCOBAR - Diretor Científico

ANTONIO ROBERTO ROCHA SANTOS - Diretor Administrativo

CLAUDIO HIROSHI MIYAGIMA - Diretor Financeiro

Campinas, Setembro de 1989

Folhas
Folhas

S U M Á R I O

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1. INTRODUÇÃO
2. CARTA PROGRAMA
3. METAS ESTABELECIDAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS
4. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
5. BOLETIM BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
6. SECRETARIAS ESTADUAIS DO CBCE
7. ASSESSORIAS
8. EVENTOS CIENTÍFICOS
9. PROJETOS ENCAMINHADOS
10. RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIOS
11. SITUAÇÃO DO QUADRO DE SÓCIOS - RECADASTRAMENTO
MEMBROS PESQUISADORES
12. CONTABILIDADE - EXPEDIENTE
13. DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES PARA SANA-LAS
14. CONCLUSÃO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, instituição científica e cultural (estatuto em anexo) congrega e representa os estudantes, professores e pesquisadores da área das ciências do esporte no Brasil. Apresenta atualmente um número de 3.039 (três mil e trinta e nove) membros; aproximadamente e está sediada na Faculdade de Educação Física da UNICAMP (Caixa Postal 6134 CEP 13081 - Campinas - SP - Fone: 0192 - 39.3697. (ANEXO 2)
- E' registrado no Ministério da Fazenda - no Cadastro Geral de Contribuintes nº 51146611/0001-83 e ainda no Conselho Nacional de Serviço Social conforme processo nº 23002.002616/88.33. Aguarda deferimento do Ministério da Justiça para ser reconhecido como Entidade de Utilidade Pública conforme processo encaminhado de nº 08000.0066913/89-15, bem como aguarda deferimento para ser cadastrado no Ministério da Cultura - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural conforme processo nº 007237/89-81 (ANEXOS 3,4,5 e 6).
- E' registrado ainda, junto a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência conforme declaração em anexo (7) e junto ao Conselho Internacional para a Ciência do Desporto e da Educação Física (anexo 8).
- Sua atual diretoria é composta pelos seguintes professores, membros pesquisadores:

Presidente - Celi Nelza Zulke Taffarel - UFPE/UNICAMP
Vice-Presidente - José Alberto Aguilar Cortez - USP

Diretor Administrativo - Antonio Roberto Rocha Santos - UFPE

Diretor Científico - Micheli Ortega Escobar - UFPE

Diretor Financeiro - Cláudio Miyagima - UFPR

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- A - Mantem em circulação - vinculando informações de caráter técnico e científico.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE - Tiragem de 4.000 (quatro mil) exemplares - Encontra-se em fase de reformulação com a definição de uma nova linha editorial objetivando abranger público mais amplo; sua periodicidade é quadrianual

BOLETIM BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE - Circulação mensal de 1.500 exemplares.

- B - Realiza de dois em dois anos o CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE.

1979 - São Caetano do Sul - SP

1981 - Londrina - PR

1983 - Guarulhos - SP

1985 - Pocos de Caldas - MG

1987 - Recife - PE.

1989 - Brasília - DF.

- C - Realiza anualmente, através de suas secretarias ou comissões nos estados brasileiros os eventos técnicos-científicos Estaduais e Regionais.

- D - Mantém em funcionamento 24 Secretarias ou comissões provisórias nos estados brasileiros que operacionalizam a nível do estado o estatuto da entidade.
- E - Participa anualmente da Programação das Reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e compõe a Comissão de Entidades Científicas do Brasil.
- F - Mantém representações, assessorias bem como convênios de cooperação técnica-científica junto a Órgãos, instituições e programas
- G - Mantém relações de Cooperação com órgãos e centros de documentação de estudos e pesquisas e órgãos de formação de recursos humanos.
- H - Encaminha suas publicações e programações para as Instituições de Ensino Superior do Brasil que mantém cursos de Educação Física, para as Associações de profissionais da área e ainda, para outras Instituições de Ensino Superior, sediadas em países da América Latina, América do Norte, Canadá e Europa.
- I - Encaminha respostas a perguntas enviadas pelos seus membros ou público em geral, sobre questões afetas a área das Ciências do Esporte, através da colaboração de seus membros pesquisadores.
- J - Presta assessoria a instituições públicas ou privadas, através da atuação dos seus membros pesquisadores.
- L - Representa e encaminha os interesses da comunidade científica da área das Ciências do Esporte junto aos órgãos do poder

público - (Secretaria de Ciência e Tecnologia - CNPq - CAPES - SEED/CND/MEC - Constituintes Estaduais, Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura e Esporte, IES e outras instituições científicas e associações da sociedade civil).

Todos estes serviços são prestados gratuitamente pelos Membros do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

A seguir, passamos a descrever o "Relatório de Atividade - Gestão 87/89

1. INTRODUÇÃO

Através do presente documento "RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES GESTÃO CBCE 87/89, pretendemos comunicar aos membros do CBCE bem como, aos demais interessados, o desenvolvimento dos trabalhos precípuos a essa instituição científica.

Além de comunicar, e assim prestar contas as comunidades científicas da área, pretendemos ainda, registrar dados, sistemática e detalhadamente, para que possamos ter, com mais clareza, elementos que nos possibilitem acompanhar o desenvolvimento histórico de nossa instituição.

Inicialmente identificaremos o CBCE, para, em seguida, retomarmos as metas apresentadas pela atual gestão, quando da última eleição ocorrida em Recife: PE, durante a realização do V CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, abordando posteriormente os trabalhos realizados em diferentes âmbitos de atuação do CBCE.

Mas, para que tais trabalhos não sejam avaliados "por fora" da história, vamos expor ainda, nesta introdução, alguns elementos fundamentais que, além de caracterizarem o período no qual se deu esta administração, nos permitirão ainda explicitar mais uma vez, o fio condutor das ações desenvolvidas.

Em setembro de 1985 assumia a direção do CBCE, profissionais que entendiam ser imprescindível que a produção e veiculação do conhecimento científico fosse vinculado às exigências de uma sociedade ávida por Democracia, e por práticas sociais sintonizadas com às aspirações do conjunto dos brasileiros.

Se na fundação do CBCE, em 1979, entendia-se que os objeti-

vos da entidade deveriam ser: "promover e incrementar a investigação científica relacionado com o efeito da atividade física sobre a saúde do ser humano em várias etapas da vida; congregar profissionais e estudantes que estejam atuando na área de ciências do esporte e atividade física; determinar os índices de aptidão física nas áreas biológicas, psicológica e social da população brasileira e zelar por um elevado padrão ético na área da ciências do esporte, conforme apontam os documentos, o movimento da história exigiu novos compromissos e novos objetivos. Objetivos estes que foram captados e expressos em um novo estatuto, elaborado democraticamente e aprovado na gestão passada, cabendo a gestão que agora se encerra implementá-lo.

Entendendo portanto, como papel do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte enquanto entidade científica e cultural, congrega membros estudantes, efetivos e pesquisadores, para incentivar a produção do conhecimento sobre o movimento humano (entendendo-se o movimento humano enquanto fenômeno biológico, neuro comportamental e sócio cultural), criticar e veicular de diversas maneiras este conhecimento, incentivando intercâmbios e posicionando-se em questões de Políticas Nacionais, Estaduais e Municipais, buscamos dar consequência a estes objetivos. Temos clareza de que o conhecimento científico e tecnológico é fator determinante em qualquer modo de produção, sendo portanto, um dos, entre outros, fator decisivo nas transformações sociais.

Pautando a direção política das ações sob este entendimento, levamos adiante as aspirações expressas no seio do CBCE por uma estruturação administrativa democrática, descentralizada e por uma ampliação das possibilidades de manifestação de diferentes

concepções científicas. Para tanto respaldamo-nos no conhecimento científico historicamente manifestado e acumulado no interior do CBCE.

Entendemos ser esta direção política consoante com o processo histórico vivido pela sociedade brasileira neste momento, no qual temos a promulgação da carta Constitucional de 1988, que se por um lado não atendeu plenamente as aspirações dos "de baixo" como diria Florestan Fernandes, por outro, trouxe avanços que, com certeza, decorreram principalmente da pressão exercida pelos movimentos sociais organizados. Movimentos sociais estes que levantam, representam e defendem as bandeiras da democracia em nosso país.

Ainda no plano político vivemos o momento da elaboração das leis complementares a Carta Constitucional promulgada e das constituintes estaduais. Leis estas que estão sendo gestadas em um quadro político, onde as forças antagônicas ~~que~~ se confrontam e onde os interesses de grupos organizados se manifestam e se fazem valer. Também neste espaço nos fizemos presentes enquanto entidade científica e cultural.

No que diz respeito a política econômica, nos confrontamos neste período com dois "pacotes" (Plano Bresser e Plano Cruzado Novo), que não impediram o registro dos mais altos índices de inflação e os mais baixos índices salariais de toda a nossa história. A miséria ampliou seu lastro, suas formas e seus contornos e ela pode ser constatada no cotidiano de quase 70% do povo brasileiro.

No plano da Ciência e Tecnologia, vivemos neste período um momento de "euforia" com a criação de um Ministério específico

para estas questões, Ministério este ^{que pouco} durou, e após a substituição de três Ministros, dissolveu-se. Reduziram-se os orçamentos aos menores da década, desarticulou-se uma tênue política científica nacional, submeteu-se as agências fomentadoras de estudos e pesquisas a situações constrangedoras, e criou-se uma Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia. E dentro deste quadro de instabilidades, todas as instituições e entidades estiveram sujeitas a grandes incertezas, inclusive de subsistência dos setores.

O CBCE, compondo tanto a SBPC como o CONSELHO DE ENTIDADES CIENTÍFICAS DO BRASIL, PARTICIPOU DA LUTA CONJUNTA EM DEFESA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA em nosso país.

No Plano da Política Educacional, o CBCE acompanhou e participou juntamente com outras entidades científicas e sindicais da área da Educação, da luta em defesa da escola pública de qualidade, por melhores condições de ensino e pesquisa, por ampliação do acesso a educação. ~~uma questão colonial.~~ Nos colocamos ao lado da luta em defesa das Universidades Públicas, nos fazendo presente em manifestações e encaminhando pressões aos poderes constituídos.

Temos muito claro que desenvolver a ciência e tecnologia, também na área de esportes, significa uma responsabilidade conjunta, e não tarefa de meia dúzia de abnegados. O problema do desenvolvimento científico também na área de Ciências do Esporte, é antes de tudo um problema político e social, vez que este desenvolvimento está afeto a muitos setores, como por exemplo, os setores responsáveis pela formação profissional, pela produção do conhecimento, pela difusão e crítica do conhecimento, pelos setores fomentadores da pesquisa científica e também pelos setores

que se valerão deste conhecimento.

E foi exatamente sob este entendimento que buscamos desenvolver as atividades próprias ao CBCE, conforme relataremos a seguir, iniciando o relato com a exposição de nossa "proposta de programa".

2. CHAPA "COMPROMISSO" - PROPOSTA DE PROGRAMA

Apresentada aos membros do CBCE em Assembléia realizada em Recife - PE durante a realização do V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Prezados Colegas,

Entendemos ser obrigação de todos aqueles que pleiteiam assumir a Direção do CBCE, conhecer sua história através de uma perspectiva que de conta do caráter dinâmico do seu processo e da relação inquestionável de sua história particular com aquela outra pertinente à sociedade na qual se encontra inserido.

De posse de tal entendimento e cientes de que a história não se repete a não ser em tom de farsa, temos claro que dirigir o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, hoje, é um compromisso que trás em si, desafios distintos daqueles enfrentados por colegas em gestões passadas, como também certamente diferentes daqueles que nos depararemos no futuro. Isso porque a conjuntura sócio-político-econômica da sociedade brasileira, hoje, trás contornos que a diferenciam de outros momentos históricos.

Fazemos parte de uma geração privilegiada. As portas do ano 2.000, cumpre-nos colaborar na construção de mecanismos que possibilitem ingressarmos no século XXI com um nível de Humanidade que corresponde à capacidade do Homem - ser dotado de razão e emoção - de construir uma sociedade justa, onde as desigualdades sociais sejam letras mortas.

Vivemos, num misto de entusiasmo e frustração, o clima de uma Assembléia Nacional Constituinte que, mesmo destituída da liberdade e da soberania que almejávamos a ela, nos mobiliza a todos no sentido de traçarmos as linhas mestras sobres as quais buscaremos construir uma sociedade isenta de injustiças.

Vivenciamos na "prática", antinomias ideológicas cada vez mais explícitas. Neste embate, temos percebido significativas conquistas dos que mistificam a realidade no sentido de garantir suas vantagens e regalias obtidas às custas de uma enorme carga de sacrifícios impingidos à maioria da sociedade brasileira.

Urge, pois, assumirmos posição nessa luta, como cidadãos e profissionais que somos, pois é na condição de especialistas da Motricidade Humana que nos apresentamos a vocês, colegas do CBCE, como componentes da Chapa "COMPROMISSO".

Compromissados estamos:

- . Com a proposta vinculada aos vários níveis de ensino, configurando um projeto político de Educação Física e Esporte Nacional que atenda também às necessidades concretas da população, em termos de educação, esporte e lazer, na busca da socialização da Educação e Saúde como condição de cidadania;
- . Com a produção e disseminação do conhecimento - patrimônio histórico da humanidade - articuladas às necessidades de superação das desigualdades sociais;
- . Em maximizar a participação, produção e divulgação das diferentes áreas do conhecimento que envolvem o Homem em movimento.

Possuímos como METAS:

- .. Consolidar o processo de modernização dos serviços oferecidos pelo CBCE;
- .. Elaborar o regimento interno da entidade;
- .. Implantar e implementar as Secretarias Regionais do CBCE;
- .. Maximizar o intercâmbio com as sociedades científicas e órgãos financiadores da pesquisa;
- .. Estreitar o contato entre os sócios do CBCE; Ampliar o quadro associativo e o espectro das áreas de interesse dos sócios;
- .. Executar uma política responsável de informação científica e tecnológica;
- .. Interagir com o SIBRADID e demais órgãos responsáveis pela informação buscando garantir o acesso dos pesquisadores à produção científica em Educação Física e Esporte no Brasil.

Partindo portanto de compromissos assumidos com a comunidade científica da área de Ciências do Esporte, passamos a descrever as atividades desenvolvidas para concretização das metas estabelecidas.

3. METAS ESTABELECIDAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Cabe lembrar inicialmente, que as condições objetivas nos estabeleceram exigências e definição de prioridades em relação a forma de participação do CBCE neste momento histórico junto à sociedade civil e política, e nos impuseram ainda, sérias restrições. Restrições estas que toda a comunidade científica esteve sujeita, e que decorreram principalmente de medidas governamentais na área de Educação, Ciências e Tecnologia, bem como do que tem ^{sido} próprio dos países dependentes.

Para a definição de prioridades, estivemos atentos, além das preocupações expressas por membros do CBCE, com os fatos e acontecimentos importantes deste momento e ainda, atentos ao projeto de transformação da sociedade brasileira.

A seguir, passamos a explicitar as metas estabelecidas e os esforços concentrados no sentido de atingí-las.

Meta 1) Modernização dos serviços oferecidos pelo CBCE. Neste sentido, coube-nos a tarefa de organizar a contabilidade, e o setor administrativo, além de agilizar o acesso às informações entre os membros e a direção. As limitações impostas nestas áreas implicaram no reconhecimento da necessidade de uma assessoria o que foi buscada através da SEC/CBCE/DF através da Firma Delta e Ruralmídia; na necessidade de aprimorar a informatização do CBCE e para tanto a necessidade de computadores, foram encaminhados dois pedidos. Um a nível do Ministério da Educação SEED/MEC e outro a nível do Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal: aguardamos deferimento. Outro procedimento objetivando a modernização dos serviços oferecidos, foi a busca de subsídios financeiros nas empresas privadas. Para tanto fez-se imprescindível o reconhecimento do CBCE enquanto entidade de utilidade pública e

também enquanto entidade registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica de Natureza Cultural, o que nos possibilitará os benefícios da Lei Sarney, processos em andamento aguardando deferimento. E ainda, para termos acesso aos recursos advindos dos órgãos públicos foi necessário o registro no Conselho Nacional de Serviço Social: o que já está deferido. Com a parte administrativa e contábil organizadas, informatizando o CBCE e ainda, acesso a recursos da iniciativa privada, com certeza vamos consolidar a modernização dos serviços do CBCE, iniciados na gestão passada. Outro setor ao qual estivemos etentos na busca da modernização foi a REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Os procedimentos tomados foram os seguintes: composição de um novo Conselho Editorial; solicitação de parecer de empresas especializadas no setor; encaminhamento de proposta aos membros do CBCE; levantamento de sugestões ao atual perfil da REVISTA. Temos o compromisso ainda, de colocar os números que encontram-se em atraso em circulação, a saber: V.10 nº 1,2 e 3, que já estão no prelo, em fase de impressão.

Meta 2) Implantação das Secretarias Estaduais. Neste sentido, concentramos nossos esforços e hoje temos 24 secretarias efetivamente instaladas, ou em fase de instalação, ou funcionando com comissões provisórias, ou então, com representação. Descreveremos posteriormente, os trabalhos que estas secretarias estão desenvolvendo e teremos ainda, em Brasília - DF, o relato dos trabalhos durante a I Reunião das Secretarias estaduais do CBCE prevista para o dia 09/09/89.

Meta 3) Elaboração do Regimento Interno da Entidade - Foi elaborado através de um processo dinâmico, com a colaboração

das SEC/ESTADUAIS. A versão preliminar foi apresentada em Fortaleza - CE, na 41ª SBPC e teremos as deliberações finais na Reunião das Secretarias durante o VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Meta 4) Maximização do intercâmbio com as Sociedades Científicas e Órgãos Financiadores.

Neste sentido, o CBCE consolidou sua presença e estabeleceu relações e intercâmbios com entidades científicas, órgãos ou programas, dos quais tem, efetivamente, buscado participar, ou contribuir. As entidades científicas, órgãos ou programas aos quais o CBC está de algum modo, envolvido estão nominalmente relacionados no item 10 (dez) deste relatório.

Meta 5) Estreitamento do contato entre os sócios, ampliação do quadro de sócios, e das áreas de interesse. Neste sentido intensificamos a participação do CBCE em eventos a nível nacional e internacional, conforme detalhamento do item 4 (quatro) deste relatório.

Meta 6) Interação com o SIBRADID e demais órgãos de informação. Neste sentido apoiamos de forma efetiva a implementação completa do sistema. Encaminhamos dossiê sobre o assunto aos reitores e aos órgãos responsáveis pelo setor solicitando providências. O SIBRADID será definitivamente instalado em setembro próximo. Além disto, foi realizado o I Simpósio de Informática, Educação Física e Esportes. Vamos contar ainda com a participação da área de Informática e Esportes em nosso congresso com a colaboração da coordenadora do sistema, Maria Lícia Bastos. Mantivemos sempre informados os nossos membros através de prospectos via Boletim, explicando como ter acesso aos centros de

5. BOLETIM BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

5.1. BOLETINS EMITIDOS

1º	- Outubro de 1987	- 4 folhas exemplares emitidos	2.616
2º	- Novembro de 1987	- 6 folhas exemplares emitidos	2.616
3º	- Fevereiro de 1988	- 7 folhas exemplares emitidos	2.616
4º	- Março de 1988	- 8 fohas exemplares emitidos	1.500
5º	- Abril de 1988	- 7 fohas exemplares emitidos	1.500
6º	- Maio de 1988	- 8 folhas exemplares emitidos	1.500
7º	- Junho-Julho-Agosto de 1988	- 9 folhas exemplares emitidos	1.500
8º	- Outubro-Novembro e Dezembro de 1988	- 12 folhas exemplares emitidos	1.500
9º	- Janeiro-Fereiro, março e abril de 1989	- 17 folhas exemplares emitidos	1.500
10º	- Maio e Junho de 1989	- 18 folhas exemplares emitidos	1.500
11º	- Julho-Agosto e Setembro de 1989	- 28 folhas exemplares emitidos	3.000

5.2. FONTES DE RECURSOS PARA IMPRESSÃO DOS BOLETINS

- 1º ao 5º - Recursos advindos do V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e recursos próprios da arrecadação de anuidades.
- 6º - Apoio da FUNDESPE-PE
- 7º ao 11º - Recursos próprios da arrecadação de anuidades.

5.3. PROJETOS ENCAMINHADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA BOLETIM

1. FUNDESPE - deferido
2. FAPESP - indeferido (não é prioridade do órgão)
3. SEED/MEC - deferido

5.4. EM RELAÇÃO AOS BOLETINS INFORMATIVOS DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DO CBCE

Mantém circulando BOLETIM INFORMATIVO ESTADUAL as seguintes secretarias: Distrito Federal, Pernambuco, Amazonas, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas. Além do BOLETIM BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, temos portanto mais sete Boletins Estaduais.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES

- 1 - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
- 2 - ~~UMA~~ MOMENTO EM QUE SE DEU A ADMINISTRAÇÃO
- 3 - DIREÇÃO DA POLÍTICA CIENTÍFICA
- 4 - PROPOSTA DE TRABALHO - METAS
 - 4.1 - MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS
 - 4.2 - ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO
 - 4.3 - IMPLANTAÇÃO DAS SECRETARIAS
 - 4.4 - INTERCÂMBIO COM SOCIEDADES CIENTÍFICAS E ORGÃOS FINANCIADORES DA PESQUISA
 - 4.5 - ESTREITAR CONTATOS - AMPLIAR QUADRO ASSOCIATIVO
 - 4.6 - ~~Executar~~ uma POLÍTICA RESPONSÁVEL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
 - 4.7 - INTERAGIR COM O SIBRABID

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

~~TEXTOS ENCAMINHADOS E SUA DESTINAÇÃO~~

5. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

5.1 - Nº EXPEDIDOS

5.2 - Nº NO PRELO

5.3 - TEXTOS RECEBIDOS PARA ANÁLISE E DIVULGAÇÃO

TOTAL = 58

RBCE = 22

BBCE (RESUMO): 03 publicados
02 Aguardando

ENCAMINHADOS AS SECRETARIAS: 10 textos

ENCAMINHADOS PARA PUBLICAÇÃO EM OUTROS PERIÓDICOS = 03

ENCAMINHADO PARA EDITORAÇÃO LIVRO = 01

ENCAMINHADO PARA PARLAMENTARES - ÓRGÃOS - REPRESENTAÇÕES

TEXTOS NO PRELO = 9

TEXTOS REENCAMINHADOS OU EM FASE DE ANÁLISE 12

TEXTOS RECENTEMENTE ENCAMINHADOS 03

5.4 FONTES RECURSOS PARA IMPRESSÃO RBCE

5.5 - COMISSÃO CIENTÍFICA - 1988 -
MONITORIA - 1989 -

5.6 - UNIVERSIDADES QUE SE ASSOCIARAM AO CBCE

5.7 286
DISPONIBILIDADE DE REVISTAS JÁ EDITADAS

- c) Participação em comissões a nível de instituições (IES-CRD-APEFS)
- d) Organização de excursions acadêmicas
- e) Divulgação de documentos de interesse dos cientistas da área
- f) Discussão e encaminhamento de posições do colegiado estadual
- g) Elaboração para exposição de estudos e pesquisas
- h) Ampliação do quadro de sócios
- i) Divulgação do CBCE
- j) Representação do CBCE no Estado (Fundações, IES, Assembléias, etc.) e representação dos interesses do estado junto a direcção nacional do CBCE.
- k) Encaminhamento de posições junto as assembléias estaduais constituintes.

6.4. EM RELAÇÃO AOS BOLETINS INFORMATIVOS DAS SECRETARIAS

Encontram-se em circulação os Boletins Informativos dos Secretários do Distrito Federal; Pernambuco; Amazonas; Paraíba; Rio de Janeiro; São Paulo e Alagoas.

6.5. SECRETARIAS ESTADUAIS DO CBCE COMISSÕES PROVISÓRIAS E REPRESENTAÇÕES QUE COLABORARAM COM A ATUAL GESTÃO

BRASÍLIA - DF

Eliana Caram - Eron Beresford - Keila Fontana - Astrit Correia Barreto.

ALAGOAS

Edison Francisco Valente - Márcia Chaves Valente - Maria Angé-
lica Peixoto da Rocha - Maria do S. de Souza Leite - Antonio P.
Lima Filho.

SERGIPE

Nelson D. Matos - Maurício Silva .

RIO GRANDE DO NORTE

Kátia B. Cavalcanti

MINAS GERAIS

Eustaquia S. de Souza

GOIAS

Nivaldo David

PARÁ-BELÉM

Maria J. de Souza Gomes - Alberto D. de Oliveira - Pedro Paulo
Manescki.

PIAUI

Sergio Luiz Galan Ribeiro - Paulo Cezar de Araújo Carvalho - Ro-
gerio Castelo Branco da Silveira.

ACRE

Samia Saraiva Saydy

SÃO PAULO

Gabriel Palafox Munoz - Sandra Cavasini Palafox - Emédio Bonjar-
dim.

CEARÁ

Silvia Teófilo Machado - Enio Octávio Vieira - Carlos Augusto Costa do Nascimento - Mônica Gadelha Carneiro - Marta Vanini Tupinambá - Mercedes Campelo Laje - Adriano Fortes Maia - José Osmar V. Filho.

RIO GRANDE DO SUL

Acely Escobar - Miriam Burgos - Iara Coporal - Alberto Reppold Filho - Rosa Maria Garcia - Ana Maira F. dos Santos.

MATO GROSSO DO SUL

Maria Antonieta Mesquita

PARANÁ

Joacian Machado - Gilian Carraro - Terezinha Krassuki.

PERNAMBUCO

Roseane Almeida - Marcelo Barreto - Claudio Monteiro - Romualdo Ataide - Roseane Patricia S. Silva - Rosana Barbara - José Maria-
no - Vanilda Paiva.

MATO GROSSO

Kenji Kido Grando

SÃO LUIZ DO MARANHÃO

Sydnei Zimbes - Lucidios Rocha Santos - Silvana Araújo - Carlos Alberto Martins.

RONDÔNIA

Jonatas de França Barros - Sérgio Luiz de Oliveira

BAHIA

Maria Amélia Lira de Carvalho - Georgecohana Archanjo - Luiz Antonio Ramos - João Calzans Filho - Luiz Antonio Ferreira - Marcelo Afonso de Carvalho - Romilson Augusto dos Santos - Kátia Oliveira de Sá - Maria da Conceição Azevedo.

RIO DE JANEIRO

Fernanda Paiva - Alexandre Mathias - Mauri de Carvalho - Person Candido da Silva Mathias - Waldir Mendes.

SANTA CATARINA

Elenor Kunz - Ana Maria de Souza - Carlos Luiz Cardoso

AMAZONAS

Alberto dos Santos Puga Barbosa - Luiz Geraldo Pontes Teixeira - Maria das Graças Jezini Barbosa.

ESPÍRITO SANTO

Paulo Gomes Lima

PARAÍBA

Nelson Figueiredo Filho - Elizabete Gomes - Iraquitã Caminha.

7.1

6. SECRETARIAS ESTADUAIS DO CBCE

→

6.1. SITUAÇÃO DAS SECRETARIAS - Em Relação a Administração

Contamos atualmente com Secretarias Estaduais do CBCE efetivamente instaladas nos seguintes Estados Brasileiros: 1- Distrito Federal, 2- Paraná, 3- Bahia, 4- São Paulo, 5- Rio de Janeiro, 6- Santa Catarina, 7- Ceará, 8- Pernambuco, 9- Alagoas, 10- Amazonas, 11- Paraíba, 12- Minas Gerais, 13- Goiás, 14- Rio Grande do Sul, 16- São Luiz do Maranhão; 17- Piauí - Secretarias em fase de gestão com representações: 18- Rio Grande do Norte; 19- Mato Grosso; 20- Espírito Santo; 21- Mato Grosso do Sul; 22- Rondônia; 23- Pará; 24- Acre. Estamos sem articulação em Tocantins, Roraima e Amapá.

6.2. EM RELAÇÃO A EVENTOS CIENTÍFICOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS

Em relação a eventos científicos a nível estadual registramos os eventos Regionais, realizados pelas seguintes SEC/estaduais do CBCE Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Bahia. Registramos ainda reuniões e foruns de estudos em outros SEC/CBCE dos Estados Brasileiros.

7.2

6.3. EM RELAÇÃO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SEC/CBCE ESTADUAIS

- a) Planejamento de eventos nos Estados
- b) Elaboração de Boletins Informativos

7. ASSESSORIA DA ATUAL DIRETORIA

- Area de Informática - Laércio Elias Pereira, Jonas A.A. Freitas Gabriel Munoz Palafox
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Carmen Lúcia Soares.
- Representações e Secretarias (fase de implantação) Vera Lúcia Costa. A relação de todos os que efetivamente contribuíram a nível dos estados encontram-se especificados na relação dos componentes dos SEC/CBCE, na item 6.5 do presente relatório.
- Programa Exercício Físico e Saúde: João Paulo Subirá Medina
- Conselho de Reitores (Elenor Kunz - Eustáquia Salvadora de Souza e Sidney Zimbers).
- Regimento Interno - Lino Castellani Filho
- Ginástica Aeróbica - Conselho Técnico-coordenação José Alberto Aguilar Cortez
- Revista Brasileira de Ciências do Esporte - Conselho Editorial 1988: Asdrubal Batista, Ieda Folegatti, João Batista Freire, Silvana V. Freire, Wagner Wey Moreira, Antonia Bankoff (Editora Científica) 1989: Aguinaldo Gonçalves, Rossana Valéria de Souza e Silva (Editora Científica) Apolônio Abadio do Carmo; Haimo Fensterseifer; Alfredo Gomes de Faria Junior; Alberto Carlos Amadio; Iêda da Silva Folegatti (bibliotecaria especialista em documentação) Luiz Fernando Vaz Castilho (especialista em marketing esportivo) Cecília Helena Toledo Vieira (Jornalista) Empresa assessora Ruralmídia.
- Assuntos Internacionais - Victor Matsudo

- Expedição de Revista:
- Leila Magalhães Pinto
- Luiz Fernando Monzani.
- Maria da Conceição Cavalcanti
- Tereza Luiza de França
- Comissão Organizadora - Congresso Regional e Nacional - DF
 - Keila Elizabeth Fontana
 - Iran Junqueira de Castro
 - Vera Lucia Menezes Costa
 - Elina Caran
 - Osmar Riehl
 - Katia Montenegro Passos
 - Astrid Correia
 - Alvaro Homem
- Secretaria e Expedição
 - Paulo Guilhermetti
 - Emédio Bonjardim
 - Dulce Santos Augusto
 - Brígida Taffarel
 - Iuri Taffarel
 - Terezinha Gomes de Aragão
 - Tereza Luiza de França - Ida Comber
 - Adriana de Farias Gehres
- Reestruturação de Currículo de Formação de Profissionais em Educação Física - Katia Brandão Cavalcanti
- Lei Orgânica dos Esportes - Eduardo Manhães, Valter Bracht, Lino Castellani. Recebemos colaboração do Professor Manoel Gomes

Tubino que nos enviou todos os documentos pertinentes ao assunto os quais foram enviados as SEC/CBCE.

- Assuntos relacionados as áreas de conhecimento que compõe as Ciências do Esporte

Membros pesquisadores do CBCE

- Conferência Brasileira de Educação - Carmen Lúcia Soares

- Coordenação Científica no Congresso Regional e Congresso Brasileiro do CBCE (até julho 1989) Vera Lúcia Costa e Marcia de Franceschi Neto (a partir de julho/89)

- Documentação e Informação: Iêda Folegatti e Dulce Santos Augusto.

- Forum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB - Carmen Lúcia Soares.

OBS: Encontram-se em anexo os relatórios da Professor Carmen Lúcia Soares sobre a LDB.

ANEXOS - ITEM ASSESSORIA

Prezados Senhores!

Vencidos os desafios presentes no processo constituinte, que traduziu ao longo desses meses a correlação de forças existentes no interior de nossa sociedade, e que refletiu o modo contraditório como os fatos se sucedem objetivamente, podemos perceber hoje, com mais nitidez, os avanços e retrocessos da Carta responsável pela nossa organização social.

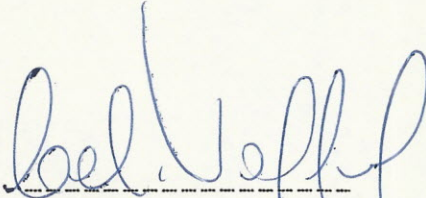
Hoje nos deparamos com outros tantos desafios, nos quais se reproduzem as mesmas lutas travadas entre as forças progressistas e conservadoras com vistas a regulamentar em leis ordinárias, muito daquilo que a nova Constituição abarca genericamente.

Neste sentido, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, vem juntar-se a outras instâncias organizadas da Sociedade civil para, coletivamente, contribuir na construção dos mecanismos que possam vir a consolidar os limitados, porém significativos avanços conquistados na nova Constituição, no que tange, levando-se em consideração o âmbito de atuação do CBCE - as questões referentes a estruturação e organização da Educação Física escolar no Brasil.

Assim, neste momento, o CBCE busca dar continuidade às ações por ele já entabuladas a partir de sua participação na 40ª SBPC e na VCBE, ocasiões em que chamou para si a responsabilidade de organizar debates em torno das questões pertinentes à elaboração da nova LDB. No interior esses debates, o redimensionamento da função da instituição escolar brasileira vem sendo assunto de

interesse de parcelas cada vez mais significativas de profissionais da Educação. Nesse universo, o repensar da Educação Física, enquanto componente curricular dos currículos plenos das Escolas faz-se de fundamental importância para o anunciar de um novo entendimento que subsidie o enunciar de uma nova prática pedagógica, que venha a surgir da compreensão e superação da maneira como ela vem se explicitando em nossos dias.

E' com essa intenção que este CBCE faz chegar as mãos dos senhores, documentos que buscam evidenciar que aquilo que rege suas ações, não se localiza no campo dos interesses corporativistas vinculados aqueles de reserva de mercado para seus profissionais, nem tão pouco a um apego extremado as leis que, hipertrofidamente, "protegem" a E.F. no interior do espaço escolar. Os documentos que ora fazemos chegar as suas mãos, pelo contrário, buscam enfatizar que aquilo que anima as ações deste Colégio, é a possibilidade histórica de construir um arcabouço teórico que explique e justifique a presença de E.F. enquanto disciplina curricular no interior do universo escolar.


CBCE - Presidente

Of. Circular/CBCE S/N/89 - Campinas, abril, 1989.

Da: Assessoria do CBCE para assuntos da LDB -Professora CARMEN L. SOARES.

Ao(s)

Assunto: EDUCAÇÃO FÍSICA FACE LDB

Prezados Srs.

Tem o presente a finalidade de prestar aos senhores as informações relativas aos encaminhamentos dados pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) nas questões que se referem a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O CBCE tem tido uma participação ativa nos debates nacionais sobre a elaboração da nova LDB, tendo chamado a atenção da comunidade científica da área sobre a importância desta questão, desde 1987 em seu Congresso Nacional realizado em Olinda.

Em 1988, durante a 40ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizada em São Paulo na 1ª quinzena de julho, o CBCE organizou em sua programação para aquele evento, um encontro que discutiu a problemática específica da Educação Física escolar face a nova LDB. Naquele mesmo encontro, a diretoria da CBCE sugeriu que os encontros nacionais e regionais da entidade, incluíssem este assunto em suas programações.

A partir daquele encontro, e de posse de algumas contribuições de membros pesquisadores que se envolveram com esta problemática, o CBCE participou da V Conferência Brasileira de Educação

(CBE), realizada em Brasília, cujo tema central foi a nova LDB.

A V CBE, evento dos mais conceituados na área da educação, tinha no ano de 1988 uma finalidade particularmente importante, uma vez que lá estariam, sendo debatidos os pontos considerados fundamentais pelos educadores para a elaboração da nova LDB.

Consciente da importância de tal evento, o CBCE somou-se as demais entidades científicas da educação, divulgando aos seus 3 mil sócios o evento em questão, e abrindo espaço para todos aqueles que desejassem apresentar trabalhos sobre esta problemática. Esta divulgação se deu através do Boletim de nº 5 de Abril de 1988.

Três trabalhos sob a forma de painéis chegaram às mãos do CBCE, sendo que um deles, intitulado: "A Educação Física escolar face a nova LDB", trouxe para a comunidade científica da área uma posição acerca da problemática em questão, posição esta amplamente divulgada e encaminhada à entidades científicas e sindicais da área da Educação e da Educação Física, às Instituições de Ensino Superior que possuem cursos de Educação Física das diferentes regiões do país, à órgãos governamentais e à personalidades políticas e acadêmicas.

Ainda durante a V CBE, o CBCE passou a fazer parte do Forum Nacional de Educação, órgão constituído por entidades científicas e sindicais da área da educação, que pretende congrega as aspirações dos educadores brasileiros em relação a elaboração da nova LDB.

O CBCE entende que até o presente momento o Forum Nacional de Educação representa o canal mais adequado para a discussão da problemática em questão, muito embora sua atuação encontre-se no

momento, um pouco tímida para a tarefa que deve desempenhar. Temos encaminhado com frequência ofícios aos companheiros do Forum Nacional de Educação, e até o presente momento não obtivemos qualquer resposta sobre o andamento dos trabalhos.

Temos em nossas mãos as propostas já redigidas em forma de lei elaboradas pelo Prof. Demerval Saviani, pelo Prof. e Deputado Otávio Elísio, pela ANDES (Sindicato Nacional) e ainda, subsídios para discussão da SEC/SP, INEP, CONSED, CRUB.

O CBCE tem acompanhado atentamente as discussões das propostas já redigidos em forma de lei e as tem defendido, muito embora ainda existam falhas em sua elaboração. Mas o momento é propício para isto: discussões em cima de propostas concretas e possíveis reelaborações para novas discussões.

Das propostas supra citadas, um ponto merece ser destacado: é aquele referente aos currículos de 1º e 2º graus. Este item foi elaborado a partir da ciências e não de matérias curriculares. Consideramos um avanço, pois a LDB não é o lugar mais adequado de se fazer currículo, dizendo por exemplo quais as matérias que deverão fazer parte deste ou daquele grau de ensino.

O CBCE, entendendo a Educação Física como uma "disciplina curricular", e portanto tendo um conteúdo próprio a ser passado na instituição escolar, conteúdo este que é fruto de um conhecimento sistematizado e acumulado historicamente, acredita que ela deva ser tratada em igualdade de condições com os demais componentes curriculares. Portanto, não advogamos uma obrigatoriedade artificial tal qual ocorre hoje via art. 7º da lei 5.692/71 e Decreto 69.450/71.

Devemos assegurar a legalidade da Educação Física na escola

pela sua legitimidade, a qual não será conseguida com artifícios legalistas, mas com o trabalho competente no interior da instituição escolar, bem como pelo processo de produção do conhecimento da área.

Acreditamos que esta compreensão da Educação Física escolar face a uma nova LDB, e que tem sido por nós amplamente discutida, não seja aquela hegemônica na área.

Sendo assim, o CBCE, enquanto uma entidade científica, mais uma vez reitera sua vontade de veicular documentos, e de promover discussões com aquelas posições e propostas contrárias a estas veiculadas desde 1988.


Concluindo o relato de nosso trabalho em relação a LDB, cabe-nos registrar os debates realizados em outubro de 1988, promovidos pela APEF da Bahia em Itabuna, bem como no Congresso Regional do CBCE, região oeste, realizado em Brasília em dezembro.

Além dos eventos e do envio de documentos, o CBCE também tem se reunido com intelectuais da Educação para discutir esta problemática. Tivemos em setembro de 1988, um encontro com o Prof. Demerval Saviani, e estamos envidando esforços para discutir com todos aqueles intelectuais e parlamentares que elaboraram propostas de lei.

Finalmente queremos frizar que o CBCE, enquanto uma entidade científica, tem suas limitações, motivo pelo qual tem atuado no campo que lhe é próprio, ou seja, naquele do debate acadêmico, e tem tido como estratégia política, o trato da problemática em questão, a partir do "CONHECIMENTO". Sendo assim, acreditamos estar podendo contribuir, em conjunto com outras entidades científicas, sindicais e demais organismos da sociedade civil, para a

construção de uma LDB que possa sobreviver ao tempo e que represente os anseios dos educadores brasileiros comprometidos com uma sociedade onde a educação possa ser, de fato, uma prioridade nacional.

Sem mais para o momento e esperando tê-los informado sobre os passos dados até o presente momento pelo CBCE sobre a problemática em questão, subscrevemo-nos atenciosamente.


CARMEN L. SOARES

Of. Circular/CBCE S/N/89 = Campinas/ julho 1989.

Da: Assessora do CBCE para assuntos da LDB - Professora CARMEN LUCIA SOARES

Ao(s):

Assunto: EDUCAÇÃO FÍSICA FACE LDB.

Prezados Srs.

Tem o presente a finalidade de informar aos senhores, os encaminhamentos dados pelo CBCE no que se refere ao debate nacional em torno da problemática de elaboração da nova LDB, encaminhamentos estes posteriores aos já informados em nosso primeiro relatório de atividades, datado de abril de 1989.

1. No início das discussões em torno da LDB, era de nosso entendimento que a questão curricular não deveria ser de-

talhada em Lei, devendo ela, LDB, apenas tratar de áreas do conhecimento, a partir das quais seriam pensados os distintos componentes curriculares.

Naquele momento, e tendo este entendimento da LDB, explicitamos nossa posição acerca da Educação Física, afirmando que ela deveria receber o mesmo tratamento que os demais componentes curriculares, sendo portanto entendida como uma "disciplina curricular", tendo um conteúdo própria a ser passado na instituição escolar, conteúdo este que é fruto de um conhecimento sistematizado e acumulado historicamente. Portanto, naquele momento, não advogávamos uma obrigatoriedade artificial tal qual ocorre hoje via art. 79 da Lei 5692/71 e Decreto 69.450/71.

Acreditávamos que deveríamos assegurar a legalidade da Educação Física na escola pela sua legitimidade, a qual não seria conseguida por artificialismos legalistas, mas com o trabalho competente no interior da instituição escolar, nos cursos de formação de professores, bem como pelo processo de produção do conhecimento da área.

2. Tal posição foi ratificada em telegrama expedido por esta entidade (CBCE) e endereçado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Congresso Nacional no dia 13 de junho de 1989 com o seguinte teor:

"O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - entidade científica que congrega e representa no Brasil, os profissionais, estudantes e pesquisadores da área de Ciências do Esporte, tem acompanhado atentamente as discussões sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O CBCE, entendendo a

Educação Física como uma "disciplina curricular", e portanto tendo um conteúdo próprio a ser transmitido na instituição escolar, conteúdo este que é fruto de um conhecimento sistematizado e acumulado historicamente, acredita que ela deva ser tratada em igualdade de condições com os demais componentes curriculares. Portanto, não advogamos uma obrigatoriedade artificial tal qual ocorre hoje via art. 7º da Lei 5692/71 e Decreto nº 69.450/71. Acreditamos ainda que a LDB não é o local mais adequado para fazer currículo, entretanto, caso esta posição venha a ser vencedora, advogamos para a Educação Física o mesmo tratamento recebido pelas demais matérias que deverão compor o currículo.

3. Ao longo desse 1º semestre de 1989, um novo entendimento sobre a questão curricular na LDB foi sendo desenvolvido, configurando hoje, a LDB, como espaço no qual um determinado nível de detalhamento curricular se faz presente.
4. Neste novo entendimento da questão curricular na LDB, a Educação Física, juntamente com a Educação Artística, passou a ser contemplada em diferentes projetos de Lei atualmente em discussão.
5. No quadro que hoje se nos apresenta, o CBCE, em sintonia com a dinâmica intrínseca ao debate nacional, não se coloca contrário a explicitação da Educação Física enquanto componente curricular na LDB em elaboração, ratificando com esse proceder uma postura coerente com aquela por ele assumida no seu envolvimento no debate nacional em torno desta questão.

6. Temos até o presente momento, conhecimento de mais de 20 contribuições ao debate sobre a LDB. Essas contribuições apresentam-se sob a forma de projetos de Lei, reflexões, considerações e/ou questionamentos e a Educação Física aparece em 5 deles. Detivemo-nos mais pormenorizadamente em um projeto de Lei, aquele de nº 1258, de autoria do Deputado Otávio Eliseo. A razão é muito simples, é que este é o único projeto de LDB já protocolado e também é este projeto que tem servido de base para as discussões nacionais em torno da questão.

7. No que se refere à Educação Física, apoiamos a tese contida no caput do artigo 30 do projeto acima citado, cujo teor transcrevemos:

"A educação física e a educação artística integrarão os currículos plenos dos ensinos fundamental e médio, e da educação da criança de zero a seis anos".

8. Quanto ao parágrafo 1º do artigo 30 (supracitado) do mesmo projeto, cujo teor transcrevemos:

"A educação física deve se ajustar às necessidades de cada faixa etária e às condições da população escolar, estando integrada à proposta pedagógica da escola, de modo a favorecer o desenvolvimento motor e a expressão da personalidade do educando"... somos pela supressão do conceito... "de modo a favorecer o desenvolvimento motor"... por entendê-lo como expressão de uma visão reducionista da ação pedagógica da Educação Física no contexto escolar, sugerindo para o referido parágrafo a seguinte re-

dacão:

"A educação física deve se ajustar às necessidades de cada faixa etária e às condições da população escolar, estando integrada à proposta pedagógica da escola, de modo à favorecer o desenvolvimento da expressão da personalidade do educando". (O referencial que sustenta tal posicionamento encontra-se nos textos já encaminhados no ano de 1988, como um 1º momento de reflexão sobre a questão da Educação Física face a nova LDB, elaborados por membros pesquisadores do CBCE).

9. Somos ainda pela supressão do artigo 31 do mesmo projeto cujo teor transcrevemos:

... "As práticas desportivas formais e não formais, com a finalidade educativa e de lazer serão oferecidas e incentivadas em todos os níveis de ensino"... por entendermos que o mesmo aponta para um nível de detalhamento da Educação Física escolar, que extrapola aquele que deve ser explicitado numa lei que tem por objetivo básico definir princípios e diretrizes para a educação nacional.

10. Quanto ao Forum Nacional de Educação, temos a satisfação de dizer que ele foi rearticulado através de uma 1ª reunião ocorrida no dia 28 de junho de 1989 em Brasília, na sede da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Aquela 1ª reunião teve por objetivo rearticular as entidades científicas e sindicais da educação em torno da defesa da escola pública e gratuita na LDB. Definiu-se também quais entidades


fariam parte do Forum e entre elas destacamos o CBCE. Elaborou-se também um cronograma de trabalho que inclui uma nova reunião em Brasília nos dias 8 e 9 de agosto próximo. Estaremos presentes e informaremos em seguida as decisões ali tomadas.

11. A síntese dos trabalhos desenvolvidos pelo CBCE, particularmente o seu entendimento acerca da educação física no texto da nova LDB, foi encaminhada aos deputados que apresentaram projetos de Lei, assim como à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

12. Para aprofundar os posicionamentos aqui colocados, o CBCE participou neste mês de julho de 41ª Reunião Anual da SBPC, evento científico no qual houve um espaço considerável para o debate sobre a LDB.

Acreditamos que o VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte a ser realizado em Brasília no período de 05a 09 de setembro de 1989 será um importante espaço para a continuidade do debate.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atentiosamente


CARMEN LUCIA SOARES

ANEXO REFERENTE AO REGIMENTO INTERNO

Campinas, 07 de julho de 1989.

Prezados Colegas

Esta diretoria, foi a primeira a ser eleita a partir dos princípios estabelecidos pelo novo Estatuto da Entidade, reformulado pela gestão passada. No próprio processo eleitoral, no qual se elegeu, comprometeu-se em carta programa amplamente difundida e discutida a dar conta da elaboração do seu Regimento, instrumento responsável pelo detalhamento das leis gerais explicitadas no mencionado Estatuto.

Desde aquela ocasião, esta diretoria já externava seu entendimento de que a elaboração de um Regimento - nos moldes estabelecidos pela diretoria anterior na consecução da reforma estatutária - tinha que ser compreendida não como um exercício de natureza burocrática, administrativa, mas sim como a tradução legítima das experiências vivenciadas pela Instituição no seu cotidiano, ratificador de uma prática e ao mesmo tempo instrumento sistematizador e perspectivador de novas práticas.

Deveria assim, o Regimento, ser construído não monoliticamente, como uma peça única, abstratamente idealizada, mas sim a partir das necessidades sentidas pela Entidade de ordenar suas ações concretas, buscando responder às necessidades objetivamente sussitadas por essa mesma prática.

Ao longo desses quase dois anos de mandato, essa Diretoria, dentre as muitas iniciativas que buscou desencadear, tratou de

implementar a figura das SECRETARIAS ESTADUAIS. Neste momento, podemos afirmar existirem hoje instaladas cerca de 17 (dezessete) secretarias e 7 (sete) funcionando em caráter provisório.

Os percalços, as dificuldades, a busca de soluções para problemas que surgiam ao longo do processo de construção das mesmas, somadas às experiências de ações bem sucedidas, forma cuidadosamente coletadas e armazenadas na memória do CBCE. Hoje entendemos já possuir um razoável grau de experiências acumuladas ao longo da implantação das Secretarias, que nos permite e nos obriga mesmo, a buscar dar-lhes forma, de modo a articulá-las no interior de um Regimento, em busca de sua disciplinarização.

Portanto, mais que o burocrático cumprimento de um ato administrativo, o que trazemos para reflexão nessa Assembléia, é o resultado das ações concretas não de uma Diretoria, mas do CBCE em seu conjunto, na direção da construção de uma sólida estrutura para as Secretarias Estaduais.

Para nós, a criação das Secretarias Estaduais representa um passo bastante significativo no processo de descentralização da Entidade. Temos claro que todo o processo de descentralização implica num determinado nível de transferência de poder. Para que possa se caracterizar, porém, como tal, devemos ter claro quais os parâmetros de seus limites. É o Estatuto da Entidade, seu Regimento e as Diretrizes Político-Filosóficas que orientam as ações da Instituição que devem ser entendidos como seus legítimos balizadores. Sem eles corremos o risco de, ao invés de descentralizarmos, apenas deslocarmos o eixo de centralização do Poder, da Direção Nacional para as distintas Secretarias Estaduais.

Trazemos, neste momento, alguns princípios norteadores da

construção do Regimento do CBCE, pertinentes às Secretarias Estaduais. É nossa intenção tê-lo concluído, neste ítem, a partir das contribuições que certamente surgirão desse debate, por ocasião do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE .

Cabe-nos por último, mencionar a participação destacada do Membro pesquisador do CBCE, Professor Lino Castellani Filho, que vem colaborando com a atual diretoria, para o cumprimento desta meta.

Atenciosamente

Presidente do CBCE
Em nome da Diretoria

REGIMENTO DO CBCE

PRINCÍPIOS GERAIS DAS SECRETARIAS ESTADUAIS

CAPÍTULO I - Da sua estrutura

Artigo 1º - Na criação das Secretarias Estaduais deverá ser observado a existência no Estado de no mínimo 50 associados.

Parágrafo único - Para Secretarias já constituídas que não possuam o número de associados aludido no item 1 fixar-se-á um tempo de latência de 1 (um) ano, prazo no qual deverá atingir o número de associados previsto.

CAPÍTULO II - Da sua receita

Artigo 4º - Ficará com a SE % do arrecadado pela entidade, junto aos associados daquele Estado no referente a taxa de anuidade.

Parágrafo 1º - Caberá a SE estabelecer o percentual de repasse as sub-sedes quando existirem.

Parágrafo 2º - As Secretarias Estaduais bem como as sub-sedes terão autonomia para buscar outras formas de captação de recursos.

CAPÍTULO III - Das atribuições das SE

Artigo 5º - É atribuição das SE:

- a) Difundir as ações do CBCE, ampliando seu campo de atuação no Estado, observando respeito ao previsto em seu Estatuto, Regimento e da diretriz político-filosófica orientadora das iniciativas do CBCE em seu conjunto.
- b) Promover e incentivar eventos na área das Ciências do Esporte e/ou áreas afins.

Os Congressos Regionais do CBCE deverão ser organizados pelas Secretarias Estaduais das regiões ao qual ele está circunscrito.

Caberá a SE sede do congresso a coordenação a nível local do evento, sob a supervisão geral da Direção Nacional do CBCE.

Para efeito deste Regimento as regiões estarão assim constituídas:

REGIÃO 1 (NORTE-NORDESTE):

Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão,

Artigo 29 - Admitir-se - á a criação de sub-sedes - nos moldes da SE - nos municípios outros que não a Capital do Estado, destinada a sede da Secretaria.

Parágrafo único - Justifica-se a criação de sub-sedes em Estados que possuam um contingente de associados superior a .

Artigo 30 - Além dos cargos eletivos previstos no Estatuto do CBCE, na composição das Secretarias Estaduais poderá ser criado tantos quantos se fizerem necessários para consecução da sua concepção de administração.

Parágrafo 1º - Os referidos cargos deverão ser preenchidos necessariamente dentre os sócios do CBCE quites com a entidade e domiciliado no Estado em questão.

Parágrafo 2º - As Diretorias das Secretarias Estaduais já instaladas por ocasião da aprovação deste regimento (setembro de 1989) terão seus mandatos prescritos em dezembro de 1990, quando então dever-se-á proceder novas eleições, prevendo um novo mandato de 2 (dois) anos de duração (90-92). Permitir-se-á a reeleição por uma só vez para o mesmo cargo e duas vezes para cargos alternados dentre aqueles de caráter eletivo.

Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.

REGIÃO 2 (CENTRO-OESTE):

Estados: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

REGIÃO 3 (SUL)

Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

REGIÃO 4 (SUDESTE):

Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

- c) Ser o canal de comunicação da Diretoria Nacional da entidade com sócios do Estado (o que não impede a comunicação do associado com a Direção Nacional e vice-versa);
- d) Apoiar manifestações sociais que venham ao encontro as posições político-filosóficas do CBCE;
- e) Manter intercâmbio técnico-científico com entidades congêneres.
- f) Representar junto a direção nacional os interesses dos membros do estado.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

6 BOLETIM BRASILEIRO CIÊNCIAS DO ESPORTE

6.1 BOLETINS EMITIDOS -

6.2 FONTES DE RECURSO -

6.3 PROJETOS ENCAMINHADOS -

~~6.4 BOLETINS DAS SEC ESTADUAL~~

- DISTRITO FEDERAL
- PERNAMBUCO
- RIO DE JANEIRO
- ALAGOAS
- AMAZONAS
- SÃO PAULO
- PARÁIBA

7. SECRETARIAS ESTADUAIS

MESTRES

RESPONSÁVEIS POR SEÇÕES

EXERCÍCIOS 7.1

7.1 ESTADOS - MEMBROS -

7.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS -

7.3 EVENTOS NAS SECRETARIAS -

DF - RJ - PR - CE - BA

REUNIÕES E FORUNS DE ESTUDOS E DEBATES

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

8 A S S E S S O R I A S :

8.1. INFORMATICA

8.2 - LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL

8.3 - SECRETARIAS - REPRESENTAÇÕES

8.4 - EXERCÍCIO FÍSICO E SAÚDE -

8.5 - CONSELHO DE REITORES

8.6 REGIMENTO INTERNO

8.7 GIMNASTICA AERÓBICA

8.8 RBCE

8.9 INTERNACIONAL

8.10 EXPEDIÇÃO RBCE

8.11 - EVENTOS

8.12 - SECRETARIA E EXPEDIÇÃO

8.13 - LEI ORGÂNICA DOS ESPORTES

8.14 - CURRÍCULO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

8.15 - PÓS-GRADUAÇÃO - ~~ADMANAL~~

8.16 - ÁREAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

8.17 - CBE - FORUM NACIONAL DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

8.18 - DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

FUNDADO EM 17 DE SETEMBRO DE 1978

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: CAIXA POSTAL 20383 - CEP 04034 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

9

8. EVENTOS CIENTÍFICOS

9.1. EM RELAÇÃO AOS EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM QUE O CBCE SE FEZ PRESENTE

- Congressos de APEF's nos Estados Brasileiros.
- 40ª e 41ª Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Rep: membros pesquisadores CBCE.
- VI Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física
Rep: Francisco M. de Carvalho.
- IV Congresso da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física - Rep: Lino Castellani e Apolonio do Carmo
- I Encontro Nacional da Pós-Graduação em Educação Física
Diretoria
- V Conferência Brasileira de Educação - Coord. Carmen Lucia Soares
- Congresso Panamericano de Educação Física - Guatemala -
Rep: Dr. Victor Matsudo
- Reuniões do Conselho de Reitores (Representantes Elenor Kunz, Eustaquia Salvadora de Souza e Sidney Zimbers.
- Congresso Latinoamericano de Educação Física - Tramandai
- RS - Ref: Lino Castellani e Adroaldo Gaya.
- XII Reunião Anual da ANEPd (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação) - Presidência
- Forum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB - Rep: Carmen Lúcia Soares

- I Oficina de Revistas Universitárias Brasileiras - Rep: Ieda Folegatti
- XVI Simpósio de Ciências do Esporte - CELAFISCS -Diretoria
- Campeonato Brasileiro de Ginástica Aeróbica - Assessoria Técnica - Coord: José Alberto Aguilar Cortez

9.2. EM RELAÇÃO AOS EVENTOS CIENTÍFICOS PROMOVIDOS PELO CBCE

92

(DIREÇÃO NACIONAL E SECRETARIAS ESTADUAIS 1987/1988)

- V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
02 a 05 de setembro/88
- I Simpósio Brasileiro de Informática em Educação Física
19 e 20 novembro/88
- I Encontro Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE-CE)
24 a 28 maio/89
- I Fórum de Debates da Secretaria Estadual CBCE/RJ
03.12/88
- II Fórum de Debates de SEC/CBCE RJ
2 e 3 junho/89
- VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
05 a 09 setembro/89
- 40ª e 41ª Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Programação na área de Ciências do Esporte.
- Registramos ainda reuniões científicas promovidas com membros da CBCE e cientistas de renome nacional e nome internacional: Reiner Hildebrandt, Manoel Sergio Demerval Sa-

viani - Discussão de teses e reuniões a nível das SEC/
CBCE.

Termino 2

8.3. EM RELAÇÃO AS DINÂMICAS PARA DEFINIÇÃO DAS PAUTAS CIENTÍFICAS DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO CBCE

Para a definição das pautas científicas levaram-se em consideração os seguintes pontos:

1. Consideração de prioridades e diretrizes expressas na Carta Programa.
2. Consideração dos encaminhamentos feitos por membros e Secretarias do CBCE.
3. Consideração das temáticas centrais dos eventos.
4. Consideração de documentos resultantes de foruns internacionais e nacionais relacionados a área.
5. Consideração das decisões tomadas em Assembléias e Reuniões de membros do CBCE.
6. Consideração das prioridades regionais e deliberações nos Estados.

9. PROJETOS ENCAMINHADOS

9.1. PARA REALIZAÇÃO DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

- 9.1.1. SESU - Programa Nova Universidade - Deferido
- 9.1.2. CNPq - Deferido
- 9.1.3. Gabinete Governador do Estado Pernambuco - Deferido
- 9.1.4. SEED/MEC - Deferido

9.2. PARA EDITORAÇÃO DA REVISTA

- 9.2.1. Volume 8 nº 2 e 3 - CNPq - Deferido
- 9.2.2. Volume 9 nº 1 - Recursos próprios - 5º Congresso Recife PE - SEED/MEC
- 9.2.3. Volume 9 nº 2 CNPq - Deferido
- 9.2.4. Volume 9 nº 3 SEED/MEC - Deferido
- 9.2.5. Volume 10 nº 1-2 e 3 CNPq - indeferido - reencaminhado
- 9.2.6. Volume 10 nº 1 - Agência de Propaganda e publicidade
- 9.2.7. Volume 10 nº 2 e 3 - Recursos próprios anuidades sócios SEED/MEC
- 9.2.8. Volume 11 nº 1 - 6º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

9.3. PARA IMPLANTAÇÃO DO PRÊMIO DE LITERATURA ESPORTIVA DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE - CNPq

- 9.3.1. CNPq - Indeferido
- 9.3.2. Delta - Aguardando

9.4. PARA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO REGIONAL DO CBCE -BRASILIA-DF

9.4.1. CNPq - Deferido

9.5. PARA REALIZAÇÃO DO 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

9.5.1. CNPq - Deferido

9.5.2. SEED/MEC - Deferido

9.6. PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES

9.6.1. Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal
SP - Aguardando

9.6.2. SEEC/MEC - Aguardando

9.7. PARA IMPRESSÃO DO BOLETIM BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

9.7.1. FUNDESPE PE - Deferido

9.7.2. FAPESP - Indeferido - não é prioridade do órgão

9.7.3. SEED/MEC - Deferido

9.8. PARA REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA 40ª E 41ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC

9.8.1. Programação SBPC - aprovadas na integra

9.8.2. SEED/MEC - Deferido

9.9. PARA CADASTRAMENTOS

- 9.9.1. Conselho Nacional de Serviço Social - MEC - Deferido
nº 23002.002616/88.33
- 9.9.2. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica de natureza Cultural. Protocolo nº 007237/89-81
- 9.9.3. Ministério da Justiça - Reconhecimento enquanto entidade de utilidade pública, Protocolo nº 08000.006917/89-15
- 9.9.4. Ministério da Fazenda - Declaração Imposto de Renda anos bases 87/88.

9.10. EDITORAÇÃO DE TEXTOS

- 9.10.1. Encaminhamento do livro de membro pesquisador do CBCE - PAPIRUS - Aguardando
- 9.10.2. Projeto para elaboração e impressão de textos científicos - "Corpo e prevenção" - Ministério da Saúde Divisão de Doenças Crônico-Degenerativa - Aguardando

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

9 - EVENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

9.1 → PRESENTE -

9.2 → REALIZADO -

9.3 → DINÂMICA PARA DEFINIÇÃO DE PAUTAS CIENTÍFICAS.

- Prioridades e diretrizes expressas no corte programático.
- Encaminhamentos dos SEC
- Considerações de Temáticas Centrais
- Considerações de documentos resultantes de fóruns internacionais e nacionais
- Considerações de decisões em Assembleias
- Considerações de prioridades regionais e deliberações nos estados

10. PROJETOS ENCAMINHADOS

- V ~~MANA~~ Congresso Brasileiro
- EDITORAÇÃO ~~REVISTA~~ RBCE
- EDITORAÇÃO ~~DE~~ BBCE
- PREMIO LITERATURA ESPORTIVA
- CONGRESSO REGIONAL
- VI Congresso Brasileiro
- COMPUTADORES
- PARTICIPAÇÃO NA SBPC
- CADASTRAMENTOS

EDITORAÇÃO TEXTOS FUNDADO EM 17 DE SETEMBRO DE 1978

10. RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

Objetivando aprofundar a incersão do CBCE junto aos demais setores da área científica, tecnológica e educacional, buscamos relações nacionais e internacionais, nos valendo do encaminhamento da RBCE e do BBCE, bem como dos trabalhos de grupos assessores.

Neste sentido, o CBCE consolidou sua presença ou estabeleceu relações e intercâmbios com as entidades, órgãos ou programas, dos quais tem efetivamente, de alguma maneira, buscado participar ou contribuir: SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); CBE (Conferência Brasileira de Educação); Comissão das Entidades Científicas do Brasil; Reuniões do Conselho de Reitores; Forum Nacional de Entidades na área de Educação; Forum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB; Programa Nacional de Exercício Físico e Saúde; Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física; Centro de Estudos Educação e Sociedade; CND (Conselho Nacional de Desporto); Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (SIBRADID); Conselho Internacional de Ciências do Desporto e da Educação Física; Centro de Investigação e Informática do Desporto de Cuba; Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde; Centro Latino Americano de Informações Científicas (Equador) Centro de Informações Biomédicas de Chaco (Ministério da Saúde Pública e Ação Social (Argentina); CORDE (Coordenação para Integração de Pessoas Portadores de Deficiências) - DF; ABRADDECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas; Federação

Latino Americana de Medicina, Comitê Internacional de Pedagogia do Desporto; Associação Internacional de Educação Física para Jovens e Senhoras - IAPESGW, Universidade Internacional Desportiva - Espanha, Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciências do Esporte - Alemanha; Serviço Social do Comércio - RJ - SP; Instituto Mauro Lacerda - SP; Associação Cristã de Moços - MG; Revista Nova Escola; INSAF - Instituto Superior de Atividade Física - Bolívia; DANS - UNIVERSITET - Brussel; Alaic - Associação Latinoamericana de Investigação e Comunicação; Sociedade Uruguaia de Medicina do Desporto; Revista Brasileira de Ciência e Movimento; Revista Motivivência; Sociedade Brasileira de Informática de Saúde; Sumários Correntes Brasileiros. Bibliotecas de Instituições de ensino superior que mantém curso de Graduação em Educação Física. Secretarias de Educação, Escolas Públicas, Associação de Trabalhadores. Encaminhamos projetos a FAPESP, CNPq, SEED/MEC. Mantivemos reuniões com a Secretaria da Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e com membros da FAPERJ. Estamos em gestões para vir a compor comissões assessoras junto ao CNPq e para participar dos processos de decisões junto às Fundações de Amparo a Pesquisa no Brasil, enquanto entidade científica. Encaminhamos ainda a produção de membros pesquisadores a editoras, INEPE (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), ANDE (Associação Nacional de Educação) para publicação de livros ou textos. Através de um comitê técnico, Assessoramos ainda o Campeonato Brasileiro de Ginástica Aeróbica.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

11. RELAÇÃO COOPERAÇÃO - INTERCÂMBIO

CBCE - ~~mantém~~ ~~atualmente~~ - ESTABELECEU RELAÇÕES

-
-
-
-
-

FUNDADO EM 17 DE SETEMBRO DE 1978

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: CAIXA POSTAL 20383 - CEP 04034 - SAO PAULO - SP - BRASIL

14. CONCLUSÃO

O presente relatório explicita de forma sistemática, as realizações do CBCE durante a gestão 87/89 que agora se encerra. Realizações estas que levaram em conta o Estatuto da Instituição, a Carta Programática, os interesses manifestos dos membros. Além disto procuramos estar consoantes com as exigências sociais do presente momento brasileiro.

Instalaram-se as Secretarias estaduais, ampliando-se assim o âmbito de atuação do CBCE. Triplicaram-se os BOLETINS INFORMATIVOS. Realizaram-se mais de uma dezena de eventos técnicos-científicos e participou-se de mais de uma dezena de eventos promovidos por outras instituições, órgãos ou programas.

Os trabalhos dos assessores, de extrema importância, possibilitaram que as posições entabuladas pelo CBCE, revestissem-se de legitimidade e consistência.

O intercâmbio e outras formas de cooperação com mais de quarenta outras instituições, órgãos ou programas aprofundaram a inserção do CBCE no seio da comunidade científica.

Compomos atualmente o CONSELHO DE ENTIDADES CIENTÍFICAS NO BRASIL, onde encaminhamos lutas conjuntas em defesa da Ciência e Tecnologia.

Cabe-nos por último, agradecer mais uma vez, a todos os que conosco colaboraram, em nome da Diretoria do CBCE Gestão 87/89.

12

EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE SÓCIOS (QUITES E NÃO QUITES) NOS ESTADOS BRASILEIROS. RELAÇÃO A SEGUIR

12.1. Nº DE SÓCIOS POR ESTADOS (QUITES E NÃO QUITES)

PERÍODO 79 A 89

1º São Paulo = 1.106	2º Rio de Janeiro = 383
3º Minas Gerais = 232	4º Pernambuco = 208
5º Paraná = 177	6º Brasília- DF = 152
7º Rio Grande do Sul = 150	8º Ceará = 84
9º Rio Grande do Norte = 81	10º Goiás = 65
11º Santa Catarina = 54	12º Amazonas = 51
13º Bahia = 50	14º Alagoas = 39
15º Mato Grosso do Sul = 30	16º Espírito Santo = 27
17º Maranhão = 26	18º Sergipe = 25
19º Mato Grosso = 22	20º Pará = 21
21º Paraíba = 20	22º Piauí = 17
23º Acre = 09	24º Rondônia = 08
25º Roraima = 02	

TOTAL = 3039

12.2. MOBILIZAÇÃO DOS ESTADOS SEGUNDO Nº DE ASSOCIADOS NOVOS (N)
E RENOVAÇÕES (R) (87/89).

ESTADO	S/N	R	TOTAL
1º São Paulo	184	149	333
2º Pernambuco	118	45	163
3º Distrito Federal	71	37	108
4º Rio de Janeiro	44	55	99
5º Paraná	48	39	87
6º Minas Gerais	39	35	74
7º Rio Grande do Sul	40	34	74
8º Rio Grande do Norte	36	19	55
9º Goiás	51	02	53
10º Bahia	24	14	38
11º Alagoas	26	11	37
12º Santa Catarina	17	16	33
13º Ceará	22	08	30
14º Pará	08	05	13
15º Piauí	09	04	13
16º Paraíba	09	03	12
17º Sergipe	07	04	11
18º Maranhão	06	05	11
19º Mato Grosso do Sul	06	04	10
20º Espírito Santo	05	04	09
21º Mato Grosso	07	-	07
22º Amazonas	01	04	05
23º Rondonia	01	-	01
TOTAL	779	497	1276

OBS: Dados disponíveis até junho de 1989.

Os dados nos permitem observar que o quadro de sócios ampliou-se aproximadamente 25% e que envolvemos aproximadamente 42% do Contingente total dos sócios de toda a história do CBCE.

12.3. EM RELAÇÃO AO RECADASTRAMENTO DOS MEMBROS PESQUISADORES

- Inicialmente encaminhada pela Secretaria Geral, com a remessa de dois ofícios circulares e os formulários de recadastramento.

- Com a instalação da SEC/CBCE São Paulo, ficaram seus membros responsáveis pelo processo. Enviaram novamente Ofício circular com os formulários.

- O BBCE em várias edições notificou os sócios sobre o processo.

Dos 225 membros pesquisadores do CBCE 70 devolveram os formulários ou seja, 31% dos membros se recadastraram.

O processo deve continuar.



17º Sergipe	07	04	11
18º Maranhão	06	05	11
19º Mato Grosso do Sul	06	04	10
20º Espírito Santo	05	04	09
21º Mato Grosso	07	-	07
22º Amazonas	01	04	05
23º Rondônia	01	-	01
TOTAL	779	497	1276

Obs: Dados disponíveis até junho/89

Os dados nos permitem observar que o quadro de sócios ampliou-se aproximadamente 25% e que envolvemos aproximadamente 42% do Contingente total dos sócios de toda a história do CBCE

- 12.3 - Em relação ao cadastramento dos membros pesquisadores
- Inicialmente encaminhada pela Secretaria Geral, com a remessa de dois ofícios circulares e os formulários de recadastramento.
 - Com a instalação da SEC/CBCE São Paulo, ficaram seus

13
13. CONTABILIDADE

Apresentamos a seguir a contabilidade da gestão passada do Presidente Laércio Elias Pereira bem como, a contabilidade referente ao ano base 88 da atual gestão do CBCE.

SINÓPSE DO QUADRO GERAL - RECEITAS/DESPESAS DO CBCE -85/87 EM CRUZEIROS EM 85 E EM CRUZADOS EM 86 E 87

1985	Entradas	8.258.705,00
	Saídas	5.395.000,00
	Saldo	2.863.705,00
1986	Entradas	65.797,54
	Saídas	45.943,67
	Saldo	19.853,87
1987	Entradas	252.691,39
	Saídas	241.353,73
	Saldo	11.337,66
	Aplicação FBP Banespa	64.500,00
	Saldo em 31/12/1987	75.837,66

O detalhamento e documentação encontram-se em livros-caixa e arquivo de documentos na Secretaria do CBCE.

Laércio Elias Pereira
Presidente
85/87

BALANCETE

DEMONSTRATIVO - GESTÃO BASE 1988

RECEITA 1

Saldo Gestão Passada 85/87	Ap1. FBP	75.837,66
Saldo em 30/12/88	Ap1. FBP	94.225,13

RECEITA 2

Contribuições anuidades membros CBCE		1.038.998,80
--------------------------------------	--	--------------

DESPESAS

- Correios EBCT		328.874,15
- Material de Expediente		83.273,80
- Produção e impressão do Boletim Informativo		313.204,00
- Telefone TELESP		77.602,14
- Serviços de datilografia e digitação computador		85.726,67
- Consertos e outros		52.988,25

TOTAL DESPESAS		941.669,01
----------------	--	------------

SALDO EM 31/12/88		97.329,79
-------------------	--	-----------

RECEITA 3

Recursos advindos SEED/MEC		280.000,00
----------------------------	--	------------

DESPESA

Impressão da Revista Brasileira de Ciências do Esporte

- Gráfica da Universidade de Uberlândia -

Gráfica Adonis		280.000,00
----------------	--	------------

SALDO

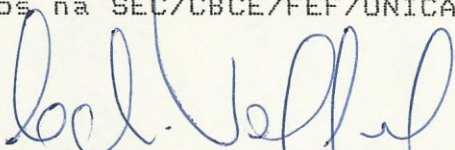
Prestação de contas encaminhada via Delegacia MEC/SP a SEED/MEC
Protocolo nº 23.033.001486/89-81

Ref. Proc. 230001012120/87 - 15 e 23000.005065/87-81

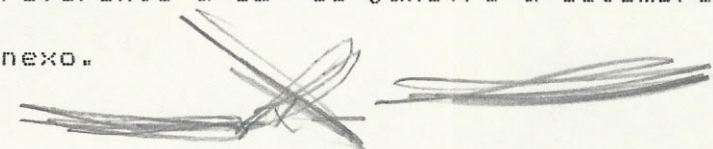
SALDO TOTAL DISPONÍVEL EM 31/12/88 191.554,92

Contador - Antonio Carlos Martins - TC 53004 SP

O detalhamento e documentação encontram-se em livro-caixa e
arquivo de documentos na SEC/CBCE/FEF/UNICAMP


CELI NELZA ZULKE TAFFAREL
PRESIDENTE CBCE
GESTÃO 87/89

OBS: Balancete final referente a 1º de janeiro a setembro de de
1989 estará em anexo.



12.2. OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS - EXPEDIENTE DA SECRETARIA GERAL

Entre ofícios e ofícios circulares contamos aproximadamente
quatro mil correspondência expedidas. Os ofícios recebidos somam
aproximadamente 1.500. Expedimos 11 remessas de Boletins de apro-
ximadamente 2.000 exemplares o que equivale a 22.000 correspon-
dências. Expedimos ainda as Revistas Brasileiras de Ciências do
Esporte Volume 8 nº 2 e 3, volume 9 nº 1,2 e 3. Enviamos ainda
115 pacotes da RBCE para SEC/CBCE, Centros de documentação, só-
cios, escolas públicas, bibliotecas estaduais e IES.

Todas as publicações recebidas pelo CBCE estão a disposição
na Biblioteca da Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

102 Contabilidade

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

14. EXPEDIENTE

~~OPORTUNIDADES~~ OFÍCIOS E CIRCULARES:

~~MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO~~

- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA = OFÍCIOS - CIRCULARES = APROXIMADAMENTE 4.000
- CARTAS E OFÍCIOS RECEBIDOS = APROXIMADAMENTE = 1.500
- 11 REMESSAS DE BBCE = Mais 22 ~~mil~~ ^{mil} CORRESPONDÊNCIAS
- 4 REMESSAS DA RBCE VOLUME 8 n.º 03 - VOLUME 9 n.º 1, 2, 3 = 8 mil correspondências
- 115 pacotes da coleção RBCE
- PUBLICAÇÕES RECEBIDAS A DISPOSIÇÃO NA BIBLIOTECA da FEF - UNICAMP

15. Reuniões e Arquivos

15 ~~SECRETARIA~~ ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES REALIZADAS COM REGISTRO DE ATAS EM
CARTÓRIO

Foram realizadas sete reuniões do Colegiado do CBCE, durante a atual gestão, onde foram deliberados assuntos de interesse dos membros do Colégio. As atas das reuniões encontram-se registradas em cartório. Foram elas: 1ª - Assembléia de posse da atual diretoria Recife - PE; 2ª - ~~Reunião da SBPC~~ 40ª Reunião Anual da SBPC-USP-SP; 3ª - Reunião na V CBC Brasília - DF; 4ª - Reunião no Congresso Regional Brasília - DF; 5ª - Reunião no Congresso Panamericano Tramandaí - RS; 6ª - Reunião Conselho Editorial Campinas - SP; 7ª - ~~Reunião~~ 41ª Reunião Anual SBPC Fortaleza - CE.

Além das reuniões acima citadas, ~~deste~~ registramos ~~as~~ aquelas a nível das Secretarias estaduais e as de trabalho com membros da diretoria e com assessores.

13. DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES

As dificuldades encontradas, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades precípua ao CBCE, podem ser colocadas em dois planos: 1º no plano dos fatores determinantes extrínsecos e em 2º no plano dos fatores internos do CBCE.

No Plano dos fatores determinantes extrínsecos nos confrontamos com dificuldades próprias a todas as comunidades científicas no Brasil, que como nós, tiveram que se confrontar com os problemas próprios à área de ciência e tecnologia, em um ^{país} sujeito a um desenvolvimento dependente. Nos confrontamos com as dificuldades próprias de uma conjuntura nacional que determinou restrições ao desenvolvimento científico e tecnológico, restrições estas sentidas por todas as agências formadoras de pesquisadores e fomentadoras de estudos e pesquisa, bem como, as demais entidades científicas e educacionais.

Reconhecemos portanto, que os mecanismos próprios de uma sociedade que em termos científicos e tecnológicos ainda se apresenta atrasada, se reproduzem e se garantem no interior das instituições. E o CBCE não está isento disto.

No plano dos fatores internos apontamos como dificuldades principais as seguintes:

1. Localização geográfica distante dos membros da diretoria.
2. Falta de meios modernos para a execução das tarefas diárias próprias a uma instituição científica. (computadores, impressoras, copiadoras, telex, telefone, etc).

4. Falta de funcionários técnicos administrativos.

5. Não encaminhamento correto por parte de membros, das possíveis soluções para problemas próprios da instituição.

No que diz respeito as possibilidades de sugestões, levantamos alguns pontos, reconhecendo no entanto que o assunto não se esgota aqui.

Em relação aos fatores externos, fica-nos claro a necessidade imprescindível de definição de uma política consequente na área de educação, ciência e tecnologia, que efetivamente contribua para o desenvolvimento do setor, política esta coadunada com a aspiração da sociedade por justiça social, que também se expressa no acesso aos meios de produção do conhecimento bem como, ao conhecimento em si, por parte de todos os cidadãos.

Em relação aos fatores internos, sugerimos:

1. Que o corpo diretor do CBCE tenha condições objetivas de administrar o Colégio, estando próximo geograficamente.
2. Que os meios modernos de administração sejam disponíveis, como por exemplo computadores, impressoras, reproduzoras, telex, fax, telefone.
3. Que seja possível o acesso aos recursos públicos e aos recursos da iniciativa privada.
4. Que se disponha de funcionários técnicos - administrativos - secretária, auxiliar de escritório, contador.
5. Que todos os problemas sejam efetivamente encaminhados, em tempo hábil por parte dos membros e de forma adequada, a trazer efetivas contribuições para a superação das contradições ou conflitos existentes.